

BANCO CENTRAL

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 8,36 bi

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 8,360 bilhões em janeiro, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2025, o déficit havia sido de US\$ 9,809 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e ser-

viços e transferências de renda com outros países. A melhora na comparação interanual é resultado da alta de US\$ 2,1 bilhões no superávit comercial. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, esse aumento se deve à redução de

importações, “bastante generalizada” em todos os setores, o que reflete a desaceleração da atividade econômica no país. Contribuindo para a melhora do saldo, houve redução de US\$ 581 milhões no déficit da venda de serviços. **PÁGINA 2**

RACHADINHA

ESTADÃO



MP-RJ reabre investigação contra Carlos Bolsonaro

O Ministério Público do Rio decidiu reabrir uma investigação contra o ex-vereador Carlos Bolsonaro (**foto**), o filho '03' do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por suposta prática de 'rachadinha' em seu mandato na Câmara Municipal. Um parecer da assessoria criminal da Procuradoria-Geral de Justiça apontou a necessidade de "prosseguimento das investigações" envolvendo Carlos e outras 25 pessoas. Em 2024, o próprio MP havia decidido arquivar o caso contra o '03', que teve sete mandatos consecutivos na Câmara Municipal do Rio. As informações foram divulgadas pelo O Globo e confirmadas pelo Estadão. A assessoria da PGJ avaliou que o arquivamento original da investigação contra Carlos, em 2024, desconsiderou provas que haviam sido levantadas contra o então vereador. À época, o MP havia denunciado sete funcionários do gabinete de Carlos por desvio de dinheiro público, através do fracionamento de salários de assessores parlamentares, prática conhecida como rachadinha. O MP, no entanto, considerou que não haviam indícios suficientes para acusar Carlos Bolsonaro de rachadinha.

VISITA

Lula se reúne com presidente dos Emirados Árabes

PÁGINA 10

RECEITA

Arrecadação federal bate recorde e alcança R\$ 325,7 bi em janeiro

A arrecadação federal alcançou R\$ 325,7 bilhões em janeiro, o maior valor já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. O resultado representa crescimento real de 3,56% na comparação com janeiro do ano passado, já descontada a inflação. Os dados foram divulgados ontem pela Receita Federal do Brasil. Segundo o Fisco, o desempenho foi impulsionado pelo crescimento da atividade econômica

e por mudanças recentes na legislação tributária. Entre os destaques está o avanço do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cuja arrecadação somou R\$ 8 bilhões em janeiro, com alta real (descontada a inflação) de 49,05% em relação ao mesmo mês de 2025. De acordo com a Receita, o resultado reflete alterações na legislação que ampliaram a incidência do imposto sobre novas operações financeiras. **PÁGINA 2**

PRIMEIRA TURMA

STF julga mandantes da morte de Marielle

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o primeiro dia do julgamento dos cinco acusados de participação no assassinato da vereadora Marielle Franco(**foto com a família de Marielle**) e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018, no Rio. A sessão de ontem foi dedicada à leitura da acusação, que foi feita pela Procuradoria-

Geral da República (PGR), e às sustentações dos advogados dos réus. O julgamento será retomado hoje, com os votos dos ministros pela condenação ou absolvição dos réus. São réus pela participação no crime o conselheiro do Tribunal de Contas do RJ, Domingos Brazão; o ex-deputado Chiquinho Brazão, e o ex-chefe da Polícial Rivaldo Barbosa. **PÁGINA 10**

ASSALTO AOS COFRES

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Penduricalhos: Congresso e STF fecham acordo para regra de transição

O Supremo Tribunal Federal (STF) e a cúpula do Congresso Nacional fecharam ontem um acordo para a criação de regras de transição para limitar o pagamento de penduricalhos nos Três Poderes. Somados aos salários, os benefícios fazem a remuneração superar o teto constitucional, que é de R\$ 46,3 mil. A proposta foi definida durante reunião realizada na manhã de ontem entre o presidente do STF, Edson Fachin (**foto**), e os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre. **PÁGINA 9**

INDICADORES

IBOVESPA 1,47% / 191.634,95 / 2.781,46 / Volume: 32.974.726.305 / Negócios: 4.527.535							Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	0,41% (jan.)	EURO turismo							
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,33% (jan.)	Compra: 6,1386	Venda: 6,3186					
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.											
RAIZ4	0,650	+3,17	+0,020	FICT3	0,69	+72,50	+0,29	VIVR3	0,47	-24,19	-0,15	Dow Jones	49.174,5	+0,76								
MBRF3	20,44	+4,66	+0,91	IFCM3	0,650	+16,07	+0,090	ONCO3	2,590	-8,48	-0,240	S&P 500	6.890,07	+0,77								
ITSA4	14,84	+1,71	+0,25	TCSA3	1,68	+12,75	+0,19	PATB3	33,05	-7,35	-2,62	NASDAQ Composite	22.863,681	+1,04								
BEEF3	5,39	-4,43	-0,25	MOVI3	14,83	+9,37	+1,27	HAGA3	1,99	-7,01	-0,15	Nasdaq 100	24.977,044	+1,09								
PETR4	39,57	+2,54	+0,98	RNEW4	1,08	+9,09	+0,09	GPAR3	14,05	-6,27	-0,94	Euronext 100	1.837,08	+0,21								
													CAC 40	8.519,21	+0,26							
													Salário mínimo									
													R\$ 1.621,00									
													Ufir-RJ									
													R\$ 4,9604									
													Taxa Selic									
													(28/01)					15%	(28/01)	14,90%	Compra: 5,1682	+0,09%
													TR									
													(25/02)					0,1698%				
													Poupança									
													(25/02)					0,6706%				
													IGP-M									
													0,41% (jan.)									
													IPCA									
													0,33% (jan.)									
													CDI									
													(28/01)									
													OURO									
													BM&F/grama/RJ									
													R\$ 853,63									
													EURO Comercial									
													Compra: 6,0716					Venda: 6,0722				
													EURO turismo									
													Compra: 6,1386					Venda: 6,3186				
													DÓLAR Ptax - BC									
													Compra: 5,1682					+0,09%				
													DÓLAR comercial									
													Compra: 5,1547					Venda: 5,1553				
													DÓLAR turismo									
													Compra: 5,1744					Venda: 5,3544				

Neve seguros

nhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. A Seguradora pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido. **3.14 Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência. **3.15 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios nos ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.15.1 Comissão de corretagem e comissão diferida:** As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. **3.15.2 Sinistros:** Os sinistros avisados são contabilizados a partir do momento em que a Seguradora é notificada pelo segurado. **3.15.3 Participações nos lucros:** Um dos direitos sociais arrolados no art. 7º da Constituição Federal é a "participação nos lucros, ou nos resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei" (art. 7º, XI). Relativamente à matéria, foi editada a Lei nº10.101/2000, regulando a participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa—critério a se definir *in casu*—como instrumento de integração entre o capital e o trabalho como incentivo à produtividade. A Seguradora conhece essas normas e reconhece o direito dos trabalhadores que se manifesta da seguinte forma: a) A participação nos lucros ou nos resultados é fruto de negociação entre a Seguradora e seus empregados, mediante o procedimento de comissão paritária escolhida pelas partes e integrada por um representante sindical ou por meio de convenção ou acordo coletivo; b) A convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho disposto sobre a participação nos lucros ou nos resultados da empresa tem prevalência até sobre a lei, conforme art. 611-A, XV, da Lei nº.452/1943 (CLT); c) A participação nos lucros ou resultados não substitui o complemento a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade (art. 3º da Lei nº10.101/2000). A Seguradora tem ciência de que a participação dos empregados nos lucros ou nos resultados é uma das matérias constantes de convenção coletiva do sindicato dos empregados do mercado de seguros, mas se dispõe, sempre que possível, a tratar, formalizar e remunerar seus empregados a título de PLR por meio de programas espontaneamente criados pela Seguradora, sempre com a observância dos ritos e limites legais, com condições que no mínimo equivalentes aos do sindicato da categoria. Com isso, a Seguradora pretende valorizar e aprimorar a relação havida com seus empregados. **3.15.4 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP:** a. *CPC 50/IFRS 17—Contratos de Seguros:* A norma CPC 50/IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, com o objetivo de garantir que a entidade forneça informações relevantes e que representem fielmente esses contratos. Essas informações são fundamentais para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o impacto que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da seguradora. Além disso, a SUSEP não fez o referenciamento do CPC 50, o que significa que, até o momento, não há impacto para a seguradora em relação a essa norma. **3.15.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** a. *CPC 48—Instrumentos financeiros (IFRS 9):* A norma CPC 48 (IFRS 9) alterou a classificação dos ativos financeiros no balanço patrimonial, estabelecendo as seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); • Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR). Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são consolidados nem contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, o CPC 48 altera a classificação e a mensuração desses ativos. De acordo com a norma anterior (CPC 38 / IAS 39), os investimentos eram classificados como: (i) Disponíveis para venda, avaliados pelo VJORA, ou (ii) Mantidos para negociação, avaliados ao VJR. A IFRS 9 (CPC 48) exige que os investimentos em instrumentos patrimoniais sejam mensurados ao VJR, mas oferece a opção de mensurá-los ao VJORA, desde que não sejam mantidos para negociação. Com isso, o custo não é mais uma base aceitável para mensuração desses ativos. A SUSEP, por meio do artigo 138 da Circular 678, de 10/10/2022, trouxe orientações sobre a classificação dos ativos financeiros, critérios de mensuração e reconhecimento de perdas esperadas, entre outros aspectos. Essa norma entrou em vigor em 2023 e, para alguns requisitos, em 2024. Contudo, os ativos financeiros da Seguradora não se enquadram na classificação de VJORA, mas sim em VJR, em função da natureza e do modelo de gestão desses instrumentos. Dessa forma, a Neve Seguros está em conformidade com a norma CPC 48 e não sofreu impacto significativo com a atualização dessa regulamentação. **3.16 Alterações regulatórias e legais com potencial impacto futuro:** **3.16.1 Imposto sobre Operações financeiras (IOF):** No exercício de 2025, houve alteração da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de seguros, passando de 0,35% para 3,5%, conforme legislação vigente. A Administração avaliou os impactos dessa alteração e concluiu que, no exercício findo em 31/12/2025, não houve efeito material nas demonstrações financeiras, uma vez que o imposto é repassado aos segurados e não altera a estrutura de reconhecimento das receitas da Seguradora. **3.16.2 Reforma Tributária sobre o consumo:** A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a reforma do sistema tributário sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2026. A Administração acompanha a regulamentação infraconstitucional aplicável ao setor de seguros e, na data de elaboração destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável os impactos econômicos, operacionais ou contábeis decorrentes dessas mudanças. **3.16.3 Nova Lei de Seguros:** A Lei nº 15.040/2024 (Nova Lei de Seguros), vigente a partir/12/2025, promoveu alterações relevantes no regime jurídico dos contratos de seguro, com impactos potenciais em aspectos operacionais, contratuais e de governança. A Administração avaliou os efeitos iniciais da nova legislação e concluiu que, no exercício findo em 31/12/2025, não houve impacto relevante no reconhecimento, mensuração ou apresentação dos ativos, passivos, receitas e despesas da Seguradora, permanecendo os efeitos concentrados em ajustes operacionais e contratuais prospectivos. **4 Estrutura de gestão de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos define a metodologia aplicada, estabelece seus objetivos, princípios, diretrizes e orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões gerenciais e estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado. A Neve, considerando seu enquadramento no segmento S3, optou pela junção das áreas de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos, constituindo a Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos. O propósito da Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos ("Unidade") é monitorar e suportar continuamente as atividades destinadas à garantia da conformidade, gestão de riscos e sistema de controle interno da Seguradora, com análise crítica e melhoria contínua da gestão, observando a Resolução CNSP nº 416/2021. A Neve utilizou o estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade a que se encontra exposta, levando em consideração o porte, a natureza e a complexidade de operações. Os riscos de sustentabilidade não constituem necessariamente novas categorias de risco, devendo, sempre que possível, ser considerados nas categorias obrigatórias de risco de subscrição, de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, em função de seus efeitos. **4.1 Processo de gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos deve seguir as seguintes etapas: • Identificação dos Riscos: Os riscos são levantados em conjunto com os gestores dos processos mapeados, tendo como base o planejamento estratégico da Seguradora. Os riscos identificados como materiais são categorizados como risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de subscrição, risco operacional ou risco de sustentabilidade e registrados em uma planilha eletrônica denominada Inventário de Riscos Materiais. • Análise do Risco Inerente: A avaliação é realizada com o apoio do gestor, maior conhecedor do processo, que julga os riscos identificados com relação à probabilidade de ocorrência e a consequência dessa exposição ao risco, caso se materialize. • Atividades de Controle: Após identificar os riscos, devem ser verificadas as atividades de controles existentes nos processos, a fim de reduzir a probabilidade de falhas em processos e sistemas, e de perseguir a redução de perdas operacionais. Mensurados os riscos e estabelecidas as exposições que extrapolam o perfil de risco desejado, os planos de ação são adotados visando reduzir o risco ao nível aceitável. As ações planejadas priorizam as causas identificadas como grandes potencializadoras do risco. • Análise de Riscos Residual: Os riscos residuais são avaliados quanto à sua probabilidade de ocorrência e ao impacto potencial que podem ter na organização. Isso é feito de maneira semelhante à avaliação de riscos inerentes, mas agora considerando as atividades de controle já implementadas. • Relatório: Os relatórios de atividades de gestão de riscos devem ser claros, concisos e informativos. Eles servem como uma ferramenta essencial para comunicar o estado dos riscos e as atividades de mitigação para partes interessadas internas e externas. • Monitoramento: O monitoramento é uma etapa contínua em que as instâncias envolvidas com Gestão de Riscos interagem. Abrange a coleta e a disseminação de informações e iniciativas, a fim de assegurar, em cada decisão, a compreensão de todos os agentes envolvidos sobre os riscos existentes em cada decisão. **4.2 Categorias de Risco:** **4.2.1 Risco de Subscrição:** Define-se o risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Neve, direta ou indiretamente, em relação às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas. O objetivo da Seguradora é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição. **4.2.2 Risco Operacional:** Define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Neve concentra no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um ou mais processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. **4.2.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro:**

4.2.2.2.2 Concentração de risco por região de atuação: As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região Geográfica		Riscos Financeiros		De-mais		Prêmio Emitido (*) 31/12/2025	
	Rural	%		%		%	
Centro Oeste	15.071	26%	2.726	3%	210	1%	18.007
Nordeste	1.677	3%	14.111	16%	339	2%	16.128
							10%

4.2.2.2 Concentração de risco por região de atuação: As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Prêmio Emitido (*) 31/12/2025								
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	De-mais	%	Total	%
Centro Oeste	15.071	26%	2.726	3%	210	1%	18.007	11%
Nordeste	1.677	3%	14.111	16%	339	2%	16.128	10%

Neve Seguros S.A.

CNPJ nº 26.609.195/0001-65									
Norte	191	0%	815	1%	668	4%	1.674	1%	
Sudeste	9.944	17%	63.669	74%	15.158	83%	88.770	55%	
Sul	31.352	54%	4.614	5%	1.805	10%	37.772	23%	
	58.235	100%	85.935	100%	18.180	100%	162.350	100%	

Prêmio Líquido de Resseguro (*) 31/12/2025									
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	De-mais	%	Total	%	
Centro Oeste	5.006	25%	199	2%	29	1%	5.235	15%	
Nordeste	467	2%	6.248	55%	34	1%	6.748	19%	
Norte	(54)	0%	69	1%	58	1%	72	0%	
Sudeste	3.421	17%	4.557	40%	3.949	93%	11.928	34%	
Sul	11.093	56%	229	2%	170	4%	11.491	32%	
	19.934	100%	11.302	100%	4.240	100%	35.475	100%	

Prêmio Emitido (*) 31/12/2024									
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	De-mais	%	Total	%	
Centro Oeste	11.970	14%	1.583	3%	85	2%	13.638	10%	
Nordeste	798	1%	2.009	4%	34	1%	2.841	2%	
Norte	353	0%	3.664	8%	-	0%	4.017	3%	
Sudeste	15.786	19%	35.305	76%	3.156	84%	54.247	40%	
Sul	54.993	66%	3.915	8%	477	13%	59.385	44%	
	83.900	100%	46.476	100%	3.752	100%	134.128	100%	

Prêmio Líquido de Resseguro (*) 31/12/2024									
Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	De-mais	%	Total	%	
Centro Oeste	3.751	14%	261	3%	23	2%	4.035	11%	
Nordeste	233	1%	185	2%	9	1%	427	1%	
Norte	236	1%	403	4%	-	0%	639	2%	
Sudeste	4.873	18%	8.162	87%	1.272	91%	14.307	38%	
Sul	17.429	66%	318	3%	87	6%	17.834	48%	
	26.522	100%	9.329	100%	1.391	100%	37.242	100%	

(*) Não foi considerado o montante de (R\$ 535) (R\$ (4.564) em 31/12/2024) relativo aos saldos de cosseguros aceitos, cosseguros cedidos e prêmios de riscos vigentes e não emitidos. **4.2.3 Risco de liquidez:** Define-se o risco de liquidez como o risco de que recursos financeiros líquidos e suficientes não sejam mantidos para atender aos passivos em seu vencimento. Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2025:

	0-1 ano	1-5 anos	Total
Caixa, bancos e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	993	-	993
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾	138.445	-	138.445
Créditos das operações com seguros e resseguros ⁽²⁾	133.691	5.003	138.694
Títulos e Créditos a Receber	12.203	25.695	37.898
Provisões Técnicas ⁽²⁾	16.718	17.036	33.754
Ativos de resseguro e retrocessão ⁽³⁾	216.587	33.200	249.786
Total de ativos financeiros	518.637	80.934	599.570

Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's	Standard & Poor's / FITCH					A. M. Best Company					Sem rating	Saldo contábil
	A1	AAA	AA-	A-	A	AA	BBB+	A++	A+	A	A-	B++	N/A
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	992	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	993
Valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos (*)	138.445	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138.445
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com resseguradores (a)	19.723	234	12.976	793	807	489	6.496	5	12.158	756	785	-	80.276
Sinistros Resseguro PSL e PDR (a)	42.423	5.231	18.308	279	-	160	13.462	15	33.273	12.171	3.065	-	4
IBNR	1.564	14	3.587	248	-	36	617	-	839	409	140	-	3
IBNER	12.648	1.626	5.014	20	-	5	3.985	-	9.932	3.717	660	-	37.607
Exposição máxima ao risco de crédito	215.795	7.106	39.885	1.340	807	690	24.560	20	56.202	17.053	4.650	-	80.283

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P					AM Best					Moody's	Sem rating	Saldo contábil
	A+	AA-	A-	A	AA	BBB+	A++	A+	A	A-	B++	AAA	
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	972	972
Valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.461	104.461
Prêmios e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprestos a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.193	43.193
Operações com resseguradores (a)	10.531	28	690	486	9	2.192	4	6.107	800	11	183	-	2.229
Sinistros Resseguro PSL e PDR (a)	30.733	80	2.013	1.419	27	6.398	13	17.822	2.335	32	534	-	6.503
IBNR	10.552	28	691	487	9	2.197	4	6.119	802	11	183	-	2.234
IBNER	5.577	-	-	-	-	2.231	-	8.398	2.099	-	367	-	3.635
Exposição máxima ao risco de crédito	57.393	136	3.394	2.392	45	13.018	21	38.446	6.036	54	1.267	105.433	57.794

(*) Trata-se de fundos de investimentos não exclusivos em que a Seguradora não possui as informações detalhadas acerca do risco de crédito dos títulos que compõem a carteira do fundo de investimento, desta forma, a Seguradora indicou o rating da instituição financeira gestora do fundo. Adicionalmente, o fundo investe 100% do seu patrimônio em títulos públicos. (a) Demonstramos abaixo a abertura da exposição ao risco de crédito por tipo de ressegurador:

	31/12/2025					Exposição Máxima ao risco de crédito				
	Per-centual cedido	Operações com resseguradoras	Per-centual cedido	Sinistros PSL e PDR	Exposição Máxima ao risco de crédito	Per-centual cedido	Operações com resseguradoras	Sinistros PSL e PDR	Exposição Máxima ao risco de crédito	
Resseguradora Local	6,99%	3.859	17,26%	22.157	26.016	37,17%	20.528	29,43%	37.780	58.308
Resseguradora Admitida	55,84%	30.839	53,32%	68.450	99.289	55,84%	30.839	53,32%	68.450	99.289
Resseguradora Eventual	100,00%	55.226	100,00%	128.387	183.613	100,00%	55.226	100,00%	128.387	183.613

	31/12/2024					Exposição Máxima ao risco de crédito				
	Per-centual cedido	Operações com resseguradoras	Sinistros PSL e PDR	Exposição Máxima ao risco de crédito		Per-centual cedido	Operações com resseguradoras	Sinistros PSL e PDR	Exposição Máxima ao risco de crédito	
Resseguradora Local	10%	2.229	6.504	8.732		10%	2.229	6.504	8.732	
Resseguradora Admitida	28%	6.512	19.005	2.517		28%	6.512	19.005	2.517	
Resseguradora Eventual	62%	14.529	42.400	56.929		62%	14.529	42.400	56.929	
	100%	23.270	67.909	91.179		100%	23.270	67.909	91.179	

4.2.6 Risco cambial: Define-se o risco cambial como o que afeta operações com mercado internacional, de natureza comercial, operacional, cambial e regulatória. As operações da Neve são todas em moeda corrente nacional (BRL), apesar de possuir operações com resseguradores fora do Brasil. O risco cambial é considerado mínimo, pois se refere apenas ao tempo de envio da remessa e à conversão em moeda corrente nacional (BRL), que tem um tempo médio para envio e conversão de 5 dias. E, os contratos de resseguros possuem dispositivos legais que permite a Seguradora a recuperação da variação cambial caso ela ocorra. **4.2.7 Risco de sustentabilidade:** É o conjunto dos riscos climáticos, ambientais e sociais. São eles: • Riscos climáticos: a) riscos climáticos físicos-possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos; b) riscos climáticos de transição-possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e c) riscos climáticos de litígio-possibilidade de perdas ocasionadas por sinistros em seguros de responsabilidade ou ações diretas contra a supervisão, ambos em função de falhas na gestão de riscos climáticos físicos ou de transição; • Riscos ambientais: Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. • Riscos sociais: Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa 31/12/2025 31/12/2024				
Caixa e Contas bancárias	933	908		
Equivalentes de caixa	60	64		
	993	972		

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em fundos de investimento automático com liquidez diária. **6 Aplicações financeiras:** **6.1 Composição das aplicações financeiras**

PENDURICALHOS

Congresso e Supremo fecham acordo para regra de transição

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) e a cúpula do Congresso Nacional fecharam ontem um acordo para a criação de regras de transição para limitar o pagamento de penduricalhos nos Três Poderes. Somados aos salários, os benefícios fazem a remuneração superar o teto constitucional, que é de R\$ 46,3 mil.

A proposta foi definida durante reunião realizada na manhã de ontem entre o presidente

do STF, Edson Fachin, e os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre.

Também participaram do encontro o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, e o vice-procurador-geral da República, Hindemburgo Chateaubriand.

A reunião ocorreu um dia antes do julgamento do STF que vai decidir se a liminar do ministro Flávio Dino sobre a questão será mantida. O caso será votado pelo plenário hoje.

PENDURICALHOS

No dia 5 de fevereiro, Dino determinou a suspensão dos penduricalhos que não estão previstos em lei. Os Três Poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, terão prazo de 60 dias para revisar e suspender o pagamento dessas verbas indenizatórias que não respeitam o teto.

Além disso, o ministro também defendeu que o Congresso deve regulamentar o pagamento dos benefícios extrateto.

No caso do Poder Judiciário,

o ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu nesta terça-feira o pagamento dos penduricalhos a integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público (MP).

O ministro determinou que os tribunais de Justiça e os MPs estaduais suspendam, em até 60 dias, o pagamento dessas verbas com base em leis estaduais.

A suspensão vale também para o Poder Judiciário Federal e para o Ministério Público da União.

CRIME DE COAÇÃO

Moraes manda notificar Eduardo sobre abertura de ação penal

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o ex- deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) seja notificado por edital sobre a abertura de uma ação penal pelo crime de coação no curso do processo.

Com a publicação da notificação no Diário Eletrônico da Justiça, o filho do ex-presidente

Jair Bolsonaro, que está nos Estados Unidos, terá prazo de 15 dias para entregar defesa no processo, que foi aberto oficialmente na semana passada.

A partir de agora, o ex-deputado poderá indicar testemunhas, apresentar provas de inocência e pedir diligências específicas que sejam interessantes para sua defesa.

Se optar por não apresentar defesa, Moraes poderá determinar que a defensoria pública as-

suma o caso.

Em novembro do ano passado, por unanimidade, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. Eduardo está nos Estados Unidos desde fevereiro do

ano passado.

No final de 2025, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu cassar o mandato de Eduardo Bolsonaro.

A decisão foi tomada após ele deixar de comparecer a um terço do total de sessões deliberativas da Câmara dos Deputados, conforme prevê a Constituição. O filho de Bolsonaro faltou a 56 das 71 sessões realizadas em 2025, equivalente a 79% das sessões.

ENCHENTES

Alckmin: governo vai disponibilizar R\$ 800 por pessoa desabrigada em MG

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, anunciou ontem, que o governo federal disponibilizará R\$ 800 para cada pessoa desabrigada por causa das chuvas que afetam a região mineira da Zona da Mata. A verba será liberada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e entregue para as prefeituras de oito municípios atingidos que, então, repassarão aos moradores.

Alckmin também anunciou que os moradores atingidos pelas enchentes terão a antecipação do Bolsa Família e do Benefício de

Prestação Continuada (BPC).

"O Ministério do Desenvolvimento Social liberará recursos, R\$ 800 por pessoa desabrigada, nós temos centenas de pessoas desabrigadas, aí é para a prefeitura para comprar colchão, mantimento, roupa, enfim, para apoiar, e também para as famílias será antecipado o pagamento do Bolsa Família e do BPC. Todo apoio será dado, a questão mais urgente é o socorro às vítimas", disse o presidente em exercício em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto.

O presidente em exercício declarou também que já foram para a região da Zona da Mata o

ministro da Integração Regional, Waldez Góes, o secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Barreiros, e o ministro da Saúde em exercício, Adriano Massuda. O Ministério da Defesa e o Exército disponibilizaram helicópteros e tropas para auxiliar no socorro de vítimas. Também foram enviadas equipes da Força Nacional do SUS.

Alckmin pontuou que, até o momento, a contagem é de 29 mortos, sendo 22 em Juiz de Fora e sete em Ubá, além de 40 desaparecidos

O presidente em exercício declarou também que ele e o presidente Luiz Inácio Lula da

Silva (PT), que retorna ao Brasil na madrugada desta quarta, 25, após uma semana de viagem pela Ásia, podem visitar a região "se houver necessidade". Alckmin também ressaltou que as ações do governo diante das chuvas mostram que o governo possui "compromisso com as mudanças climáticas".

"O governo tem compromisso com o combate às mudanças climáticas. Nós tivemos a COP30 aqui no Brasil. Quais as razões do aquecimento global, secas extremas ou tempestades extremas? É excesso de emissão de carbono e gás de efeito estufa", disse Alckmin.

PROTEÇÃO DE DADOS

Senado aprova MP que transforma ANPD em agência reguladora

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 1317/25, que transforma a atual Autoridade Nacional de Proteção de Dados em uma agência reguladora, com o nome de Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A proposta também cria uma carreira própria para a nova entidade, responsável pela regulação, fiscalização e proteção de dados. O texto agora vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A nova agência reguladora de natureza especial será vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A ANPD terá autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, além de patrimônio próprio.

O texto da MP também criou um órgão de auditoria na estrutura da atual autoridade, agora

transferida para a agência.

PROTEÇÃO DE CRIANÇAS

Além de equiparar a então Autoridade Nacional de Proteção de Dados às demais agências reguladoras, o projeto busca assegurar a proteção dos direitos de crianças e de adolescentes no ambiente digital.

A MP foi assinada pelo presidente Lula no mesmo evento em que foi sancionada a lei que protege crianças e adolescentes no ambiente digital, que chegou a ser chamada de lei contra "adultização" e de ECA Digital.

A lei prevê que a fiscalização e a punição desses crimes no ambiente digital sejam feitas por uma autoridade nacional autônoma, que será a nova agência reguladora.

Na avaliação do relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), a transformação da ANPD em agência reguladora é uma medida adequada às novas res-

ponsabilidades que lhe foram atribuídas.

"A relevância se verifica pela necessidade de dotar a ANPD da estrutura necessária para o exercício de suas funções, especialmente aquelas que lhe foram atribuídas pela regulamentação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente", disse.

PROTEÇÃO DE DADOS

A nova carreira criada para a ANPD é a de Regulação e Fiscalização de Proteção de Dados, composta de cargos de Especialista em Regulação de Proteção de Dados.

O cargo, de nível superior, tem atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle de proteção dos dados pessoais.

Caberá a esse especialista também a implementação de políticas e a realização de estudos e pesquisas respectivos a es-

sas atividades.

Pelo texto aprovado, serão 200 cargos de especialista, criados a partir da transformação de 797 cargos vagos de agente administrativo, de nível intermediário, da carreira da previdência, da saúde e do trabalho.

Também foram criados 18 cargos de livre provimento: 4 cargos em comissão do Executivo (CCE) e 14 funções comissionadas do Executivo. O preenchimento dos cargos, no entanto, dependerá de autorização orçamentária.

"A transformação de cargos a que se refere o caput deste artigo será realizada sem aumento de despesa, mediante compensação financeira entre os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos e das funções que estão sendo criados e os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo transformados, vedada a produção de efeitos retroativos", diz o texto aprovado.

MEIO AMBIENTE

País tem menor área queimada para janeiro dos dois últimos anos

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

O Brasil registrou em janeiro deste ano 437 mil hectares de área queimada, o território atingido é 36% menor para mesmo mês em 2025 e diminuiu 58% na comparação com janeiro de 2024. Apesar do dado geral positivo, em comparação com 2025, houve crescimento de fogo no Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica, revelam os dados do Monitor do Fogo, do MapBiomas.

Segundo a coordenadora técnica do MapBiomas Fogo, Vera Arruda, os aumentos observados em alguns biomas servem de alerta, "por ocorrem em um mês que, em geral, registra menos fogo, já que grande parte do Brasil está no período chuvoso", diz.

Ao longo do primeiro mês do ano, o fogo alcançou mais de 337 mil hectares da Amazônia, 38 mil hectares do Pantanal, 26 mil hectares do Cerrado, 18 mil na Caatinga, 14 mil hectares de Mata Atlântica e apenas 59 hectares do Pampa.

Na comparação com janeiro de 2025, a Amazônia apresentou diminuição de 46% do território afetado pelo fogo, o Pampa registrou queda de 98% e o Cerrado de 8%, mas no Pantanal, a área queimada cresceu 323%, assim como na Mata Atlântica o aumento foi 177% e na Caatinga 203%.

VEGETAÇÃO NATIVA

A maior parte da área que foi consumida pelo fogo no país em janeiro, 66,8%, foi de vegetação nativa. Sendo 35% de formações campestres, 17,3 % de campos alagados e 7,3%

de florestas.

Entre as áreas onde o uso do solo já foi modificado por atividades humanas, as pastagens foram as mais queimadas em janeiro, representando 26,3% do total do que o fogo atingiu no país.

AMAZÔNIA

Em extensão, o bioma amazônico foi o mais queimado no primeiro mês do ano, tendo uma área nove vezes maior consumida pelo fogo que o Pantanal, segundo bioma com a maior área atingida.

Somente o estado de Roraima teve uma área queimada três vezes maior que toda a área atingida pelo fogo no bioma Pantanal. Foram 156,9 mil hectares consumidos no estado.

De acordo com o pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Felipe Martenexen, o estado, único inteiramente localizado acima da Linha do Equador, possui um calendário climático distinto do restante do país.

"Atravessa a estiagem, chamado "verão roraimense", entre dezembro e abril, o que aumenta a vulnerabilidade ao fogo, sobretudo em formações campestres - lavrados - e outras áreas abertas", explica.

O pesquisador acrescenta ainda que predomínio do fogo nos estados amazônicos em janeiro está diretamente associado a essa sazonalidade invertida. Maranhão e Pará também aparecem no topo da lista com 109 mil hectares e 67,9 mil hectares de queimadas respectivamente.

EPIDEMIA

Brasil se aproxima de 90 casos confirmados da doença mpox

GABRIEL DAMASCENO/AE

O Brasil tem 88 casos confirmados de mpox e outros 171 casos suspeitos, segundo dados do painel epidemiológico do Ministério da Saúde. A última atualização, realizada ontem, inclui episódios confirmados em Minas Gerais (3) e no Paraná (1). Até o momento, não há nenhum óbito relacionado à doença.

A maior concentração de casos constatados está no Estado de São Paulo, com 63 registros. Na sequência, vem o Rio de Janeiro, com 15. Em todo o ano de 2025, foram contabilizados 1.045 casos confirmados e três óbitos.

A DOENÇA

A mpox, também conhecida como varíola dos macacos, é causada pelo vírus MPXV, e a transmissão ocorre por contato com pessoas infectadas (via abraços, beijos, relações sexuais ou lesões cutâneas) ou materiais contaminados pelo microrganismo, como roupas e talheres. O período de incubação, segundo o ministério, pode variar de três a 21 dias.

Os principais sintomas são erupções cutâneas ou lesões de pele, linfonodos inchados, febre, dores no corpo, dor de cabeça, calafrios e fraqueza. Os sinais geralmente duram de duas a quatro semanas. O recomendado é que, ao apresentar sintomas, o indivíduo busque ajuda médica.

Em casos em que o contato com pessoas infectadas seja necessário, a pasta recomenda o uso de luvas e máscaras como medida de prevenção.

Também são recomendadas medidas como a lavagem frequente das mãos com água

e sabão, o uso de álcool em gel e a limpeza regular de roupas, lençóis e toalhas. Além disso, é importante higienizar e desinfetar superfícies e garantir o descarte adequado de resíduos contaminados.

VACINAÇÃO

No Brasil, a vacinação contra mpox foi iniciada em 2023, após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberar o uso provisório de um imunizante conhecido como Jynneos ou Imvanex, produzido pela farmacêutica Bavarian Nordic.

Os imunizantes devem ser aplicados em duas doses, com um intervalo de quatro semanas entre elas. Eles são destinados a grupos específicos:

Pré-exposição: pessoas entre 18 e 49 anos que vivem com HIV/Aids e profissionais que atuam diretamente em contato com o vírus em laboratórios. Caso haja vacina disponível na rede, a imunização pode ser indicada também para indivíduos em situação de profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP). Nesses casos, a orientação é que a aplicação da vacina seja feita com um intervalo de 30 dias entre qualquer imunização previamente administrado.

Pós-exposição: pessoas com mais de 18 anos que foram expostas ao vírus mpox por contato direto ou indireto com fluidos e secreções de uma pessoa contaminada, o que pode acontecer pelo toque na pele ou mucosa; por relações sexuais; pela inalação de gotículas em ambientes fechados de convívio comum; pelo compartilhamento de objetos, especialmente os perfumecortantes.

PRIMEIRA TURMA

STF encerra 1º dia de julgamento de réus pela morte de Marielle

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o primeiro dia do julgamento dos cinco acusados de participação no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018, no Rio de Janeiro.

A sessão de ontem foi dedicada à leitura da acusação, que foi feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e às sustentações dos advogados dos réus.

O julgamento será retomado ontem, às 9h, com os votos dos ministros pela condenação ou absolvição dos réus.

São réus pela suspeita de participação no crime o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão; o ex-deputado federal Chiquinho Brazão, irmão de Domingos; o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa; o major da Polícia Militar Ronald Alves de Paula e o ex-policial militar Robson Calixto, assessor de Domingos. Todos estão presos preventivamente.

Conforme a delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, réu confesso de realizar os disparos de arma de fogo contra a vereadora, os irmãos Brazão e Barbosa atuaram como os mandantes do crime.

Rivaldo Barbosa teria participado dos preparativos da execução do crime. Ronald é acusado de realizar o monitoramento da rotina da vereadora. Robson Calixto teria entregue a arma utilizada no crime para Lessa.

De acordo com a investigação realizada pela Polícia Federal (PF), o assassinato de Marielle está relacionado ao posicionamento contrário da parlamentar aos interesses do grupo político liderado pelos irmãos Brazão, que têm ligação com questões fundiárias em áreas controladas por milícias no Rio.

DEFESAS

Primeiro a se manifestar, o advogado Felipe Dalleprane negou a participação de Rivaldo Barbosa no crime. O defensor também negou a participação política dos irmãos Brazão na indicação de Rivaldo para para chefiar a Polícia Civil, que iniciou as investigações.

CIÊNCIA

RJ homenageia Tatiana Sampaio por tratamento de lesões medulares

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, homenageou meninas e mulheres na ciência, ontem. O destaque da cerimônia, realizada no Palácio Guanabara, foi a pesquisa desenvolvida pela cientista Tatiana Sampaio, que teve fomento da Fundação na fase inicial, abrindo novas perspectivas para o tratamento de lesões medulares.

“O Estado do Rio de Janeiro tem orgulho de investir em ciência e tecnologia e de apoiar pesquisas que transformam vidas. A trajetória da Tatiana Sampaio é um exemplo claro de como o fomento público, por meio da Faperj, fortalece talentos, impulsiona descobertas e projeta o nosso estado no cenário internacional”, declarou o governador Cláudio Castro. A pesquisadora carioca Tatiana Sampaio ganhou projeção nacional e internacional com o desenvolvimen-

to da Polilaminina, biomolécula criada a partir de estudos conduzidos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O composto tem potencial para estimular a regeneração de neurônios e favorecer a reconexão neural em casos de lesões do sistema nervoso, especialmente medulares. A iniciativa representa um avanço relevante na medicina regenerativa e reforça o protagonismo da ciência fluminense. “A Faperj foi essencial para a realização do estudo clínico, que foi o divisor de águas do meu trabalho. Foi o que me permitiu avançar uma etapa e conseguir finalmente demonstrar que a Polilaminina poderia funcionar em humanos”, afirmou a cientista. A Fundação teve papel decisivo para a consolidação das etapas experimentais, a ampliação da estrutura de pesquisa e o fortalecimento das parcerias acadêmicas, evidenciando o papel estratégico do Governo do Estado no incentivo à inovação e à produção científica de alto impacto.

"Não há corrupção comprovada, não há ingerência confirmada, não há vantagem ilícita", afirmou.

Cleber Lopes, advogado de Chiquinho Brazão, disse que a delação de Ronnie Lessa é uma "criação mental". Segundo o advogado, a PGR não conseguiu comprovar as declarações do ex-policial.

"A delação é mentirosa por completo e não foi corroborada", declarou.

O advogado Igor de Carvalho negou que Ronald Alves tenha realizado o monitoramento da rotina de Marielle e repassado as informações a Ronnie Lessa. Carvalho disse que Ronald não tinha ligação com o delator.

"Ronald e Lessa sequer tinham qualquer tipo de proximidade. Eram inimigos. Como é que Ronald vai participar de um fato no qual Lessa estaria inserido, sendo que eles são inimigos?", indagou.

O advogado Roberto Brzezinski disse que a acusação contra Domingos Brazão é "tenebrosa". Segundo o defensor, os irmãos Brazão não atuaram para aprovação de pautas para regularização de terras fundiárias.

"Se a motivação desse homicídio é econômica, se Marielle tinha uma pauta fundiária ativa, em algum momento essa pauta fundiária foi tão intensa ao ponto de atrapalhar interesses de alguém? A procuradoria não mostrou nenhuma área que os irmãos Brazão eventualmente tivessem invadido, loteado e obtido lucro", afirmou.

Último a fazer a sustentação oral, o advogado Gabriel Habib disse que não há provas de que Robson Calixto tenha participado da organização criminosa.

"Robson era assessor de Domingos Brazão. A PGR denunciou Robson por organização criminosa e tenta comprovar esse fato ilícito por meio de um fato lícito. Ser assessor de Brazão é um fato lícito, não provada. Isso não comprova que Robson praticava atividades de crime organizado, especificamente relacionado à milícia", comentou.

ACUSAÇÃO

Pela manhã, a Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu a condenação dos cinco réus. Para a procuradoria, há provas robustas da participação dos acusados no assassinato da vereadora.

VISITA

Lula se reúne com presidente dos Emirados Árabes Unidos

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu, ontem, com o presidente dos Emirados Árabes Unidos, Mohammed bin Zayed Al Nahyan, para tratar do aprofundamento da parceria estratégica e a cooperação em comércio e investimentos entre os dois países.

Os líderes também querem concluir com rapidez as negociações do acordo entre o Mercosul e os Emirados Árabes para estabelecer uma parceria econômica abrangente.

Lula passou por Abu Dhabi, capital emiratita, após sua viagem oficial à Índia e à Coreia do Sul. As informações sobre o encontro foram divulgadas pelo Palácio do Planalto e em publicação nas redes sociais

O presidente brasileiro reiterou a importância da participação dos Emirados Árabes no Fundo Florestas Tropicais para Sempre, lançado durante a Cúpula do Clima, em Belém (PA), em novembro passado. Lula ainda convidou o xeique para realizar visita ao Brasil, ainda neste ano.



RICARDO STUCKERT/PR

“O presidente (Mohammed bin Zayed Al Nahyan) observou que as relações estratégicas entre Emirados Árabes Unidos e Brasil, que abrangem mais de 50 anos, continuam a se fortalecer. Ele destacou o amplo escopo de cooperação que ambos os países buscam avançar, em linha

com prioridades compartilhadas e objetivos de longo prazo”, diz o comunicado da Presidência do Brasil.

Ainda segundo a nota, os dois líderes também trocaram opiniões sobre os desenvolvimentos regionais e internacionais de interesse mútuo, bem como so-

bre seus esforços conjuntos para apoiar a paz e a estabilidade no Oriente Médio e globalmente.

Lula desembarcou na Ásia no último dia 18 e cumpriu agendas na Índia e na Coreia do Sul. Ontem a comitiva presidencial embarcou de volta para Brasília.

CRIME ORGANIZADO

Lula: vale ‘qualquer sacrifício’ para prender magnatas do crime

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta terça-feira, que o Brasil fará “qualquer sacrifício” para prender os “magnatas da corrupção e do narcotráfico”. O combate ao crime organizado será um dos temas da reunião de Lula com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que deve ocorrer no mês que vem, em Washington.

“O desejo nosso é colocar os magnatas da corrupção e do narcotráfico na cadeia, e para is-

so nós faremos qualquer sacrifício”, disse Lula em entrevista à imprensa em Seul, capital da Coreia do Sul, onde o presidente foi recebido para uma visita de Estado.

“Quando eu for aos Estados Unidos, eu vou levar junto comigo a Polícia Federal, a Receita Federal, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Justiça e vou mostrar para ele (Trump) que se ele quiser, de verdade, combater o crime organizado, o narcotráfico, o tráfico de armas, o Brasil será parceiro de primeira hora, porque nós temos expertise nis-

so com a nossa Polícia Federal”, acrescentou.

A pauta completa da reunião está sendo elaborada e, de acordo com o presidente, inclui temas de interesse do Brasil, do multilateralismo e da democracia. “E ele (Trump) também tem a pauta dele para mim”, destacou.

Lula desembarcou na Ásia no último dia 18 e cumpriu agendas na Índia e na Coreia do Sul.

Ontem, Lula ressaltou as negociações para um acordo comercial entre Coreia e o Mercosul serão retomadas. Elas estão

paradas desde 2021.

“Eu lembrei a ele (Lee Jae-myung, presidente da Coreia do Sul) que era muito importante, neste instante em que se discute a volta do unilateralismo, voltarmos a discutir esse acordo. Ele se mostrou muito interessado. Vamos montar as comissões para começar a debater e, se tudo der certo, podemos concluir esses acordos este ano”, resumiu.

A ampliação do acordo de comércio preferencial Mercosul-Índia também é prioridade para o Brasil, com vista ao livre comércio.

CRIME NÃO REVELADO

Caso Epstein: arquivos que relacionam Trump a abuso de menor foram retidos

Uma série de documentos que citavam a participação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em um suposto caso de abuso sexual de uma menor de idade, décadas atrás, foram retirados dos arquivos relacionados ao Caso Epstein, que foram divulgados pelo governo americano no final de janeiro, de acordo com reportagem da *National Public Radio (NPR)*.

Segundo a organização de mídia que produz material para diversas rádios nos EUA, os arquivos continham entrevistas e anotações que acusavam o líder republicano de participação no crime.

A investigação feita pela *NPR*

afirmou que mais de 50 páginas de entrevistas com o FBI, além de diversas anotações que citavam o nome de Trump em um caso de abuso sexual foram "escondidas". A *NPR* disse ontem, que revisou "vários conjuntos de números de série exclusivos que aparecem antes e depois das páginas em questão", e que muitos arquivos listados como divulgados não apareciam na base de dados.

Nos documentos, uma mulher acusa Trump de ter abusado sexualmente dela quando tinha 13 anos, há algumas décadas, após Epstein ter apresentado os dois. No arquivo, também estariam citadas outras ocasiões em que o presidente americano es-

teve envolvido com Epstein em festas e eventos, incluindo em propriedades do republicano.

Outro caso que a *NPR* afirma estar ausente do banco de dados divulgado em janeiro pelo governo americano é um depoimento de uma testemunha considerada chave para a investigação. A mulher teria colaborado com informações para o julgamento de Ghislaine Maxwell, socialite britânica apontada como ex-namorada e cúmplice de Epstein.

Em um comunicado à *NPR*, a Casa Branca disse que "tal como o presidente Trump afirmou, ele está totalmente livre de qualquer acusação relacionada a

Epstein" e completou: "ao divulgar milhares de páginas de documentos, cooperar com o pedido de intimação do Comitê de Supervisão da Câmara, assinar a Lei de Transparência dos Arquivos de Epstein e solicitar mais investigações sobre os amigos democratas de Epstein, o presidente Trump fez mais pelas vítimas de Epstein do que qualquer pessoa antes dele".

Maxwell, de 64 anos, foi condenada em dezembro de 2021 e sentenciada a 20 anos de prisão por tráfico sexual. Epstein foi encontrado morto em uma prisão federal em agosto de 2019, enquanto aguardava julgamento por acusações de tráfico sexual.

Nota

EUA ABORDAM TERCEIRO PETROLEIRO SANCIONADO NO OCEANO ÍNDICO APÓS PERSEGUIÇÃO DESDE O CARIBE

Forças dos Estados Unidos abordaram um terceiro petroleiro sancionado no Oceano Índico após rastreá-lo desde o Caribe, em ação para combater petróleo ilícito ligado à Venezuela, informou o Pentágono. Segundo organização que monitora navios, a embarcação era a última a ser perseguida após mais de uma dezena deixar a costa venezuelana depois da captura do então presidente Nicolás Maduro. O Comando Sul dos EUA afirmou no X que forças americanas abordaram o navio Bertha durante a noite,

realizando "direito de visita, interdição marítima e abordagem". Esta é a décima interdição de petroleiro desde o início da medida, em dezembro, e a terceira no Oceano Índico. "A embarcação operava em desafio à quarentena estabelecida pelo presidente Trump para navios sancionados no Caribe e tentou evadir-se", disse o Comando Sul. "Do Caribe ao Oceano Índico, nós a rastreamos e a detivemos." Autoridade americana, sob anonimato, afirmou que o navio não foi formalmente apreendido, mas colocado sob controle dos EUA. O destino será decidido por órgãos como os Departamentos de Segurança Interna e de Estado.